

Conjuntura – Saúde Suplementar

IESS – Instituto de Estudos de Saúde Suplementar

4ª Edição
Agosto de 2008

Editorial

Em 2008, o tema que tem dominado a área econômica é a elevação dos índices de preço. Nos últimos 12 meses, o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas acumula alta de 15% e o IPCA, apurado pelo IBGE, variou pouco mais de 6%.

Nota-se uma tendência de arrefecimento na expansão destes índices. Previsões do mercado apontam uma variação anual de 12% para o IGP-M e de 6,5% para o IPCA em 2008.

A aceleração da inflação decorre da insuficiência de oferta de *commodities*, frente ao aumento da demanda por estes produtos. O rápido crescimento econômico de países populosos da Ásia elevou a demanda por minérios e combustíveis. O crescimento econômico expandiu as rendas na China e Índia com a conseqüente retirada de milhões de pessoas da pobreza o que também ajuda a explicar o crescimento da demanda. Isso afeta os preços internacionais cujo crescimento se espalha para outros países.

A esta inflação importada se acrescentam as pressões inflacionárias originadas de excessos de demanda, conforme sinais que vão se tornando claros.

A taxa de desemprego da economia brasileira em junho atingiu o menor nível em anos (7,8%). Além disso, a renda real dos cidadãos está crescendo.

Este cenário, aliado ao entendimento de que a pressão inflacionária deve ser combatida internamente, levou o Banco Central a elevar a taxa básica de juros da economia em 0,75 p.p. na última reunião do Copom. A taxa Selic que iniciou o ano em 11,25% passou em julho – mês da última reunião – para 13%.

A política econômica emite sinais contraditórios. De um lado, a política monetária busca segurar a demanda com a elevação dos juros (o que mais inibe o investimento do que o consumo), e de outro lado, tolera a expansão do crédito com o alongamento dos prazos de financiamento e dos créditos consignados. A política fiscal se alinha com a expansão do crédito, com o crescimento das despesas, como atestam as contratações de servidores e as recomposições de seus salários. Ainda na mesma direção estão os reajustes generosos do salário mínimo e do Bolsa Família.

O recurso à elevação dos juros, que nos mantém como campeões mundiais nesse quesito, ficou como único instrumento de controle da inflação.

Em maio deste ano, a ANS divulgou o percentual máximo autorizado para reajuste de planos individuais ou familiares contratados após a vigência da Lei 9.656/98 ou a ela adaptados, de 5,45%. Na edição de maio de Conjuntura –

Saúde Suplementar, já se apontava o fato de o percentual estar aquém dos principais índices de inflação (à exceção do IPC). Claramente, o quadro se agravou diante da aceleração inflacionária.

Além disso, como a variação das despesas médico-hospitalares, que mede o custo assistencial das operadoras, é sabidamente superior à variação dos índices de preços, espera-se que o atual quadro traga para as empresas do setor dificuldades ainda maiores do que as apontadas em maio.

A elevação dos juros também tem reflexo negativo para as operadoras, pois representa aumento do custo de oportunidade para estas empresas, que são obrigadas a constituírem elevadas reservas de capital, para que tenham capacidade de honrar seus compromissos futuros.

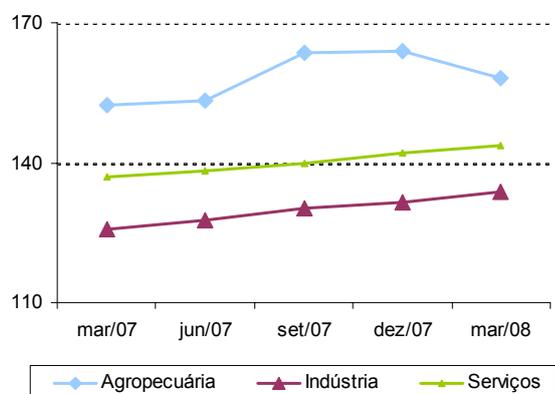
Por outro lado, a expansão da economia formal retratada na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE trás boas notícias para a saúde suplementar.

Espera-se que esta expansão contribua positivamente para o crescimento do setor, uma vez que mais indivíduos dispõem de renda para a compra de planos e os empregadores cada vez mais reconhecem os benefícios da oferta de planos aos seus empregados.

José Cechin

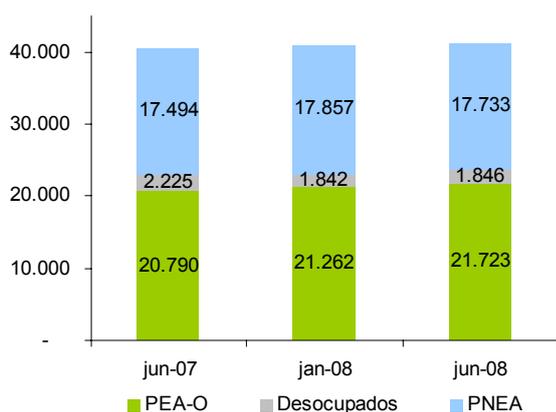
Superintendente Executivo

Gráfico 1. Índice trimestral por setor de atividade - Agropecuária, Indústria e Serviços - com ajuste sazonal - mar07 - mar08 (média de 1995=100)



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE

Gráfico 2. PME: Distribuição da população (PEA) e (PNEA) - jun07 a jun08 (mil pessoas)



Fonte: PME - IBGE

Tabela 1. PME: Distribuição da PEA segundo posição na ocupação janeiro e junho de 2008

	Posição jan08		Posição jun08		Δ %
	% PEA	n° mil	% PEA	n° mil	
Com Carteira	44,4	10.259	44,8	10.556	2,9
Conta Própria	17,8	4.110	17,4	4.103	(0,2)
Sem Carteira	18,2	4.204	18,1	4.269	1,6
Empregadores	4,2	972	4,3	1.010	3,9
Ñ. remunerados	0,0	12	0,0	12	0,0
Setor Público	6,7	1.557	6,9	1.624	4,3

Fonte: PME - IBGE

1. Cenário macroeconômico

1.1 PIB

No primeiro trimestre do ano o PIB nominal foi de R\$ 665,5 bilhões. Com relação ao primeiro trimestre de 2007 houve uma expansão real de 5,8% e nominal de 11,1%.

A agropecuária, após registrar crescimento por três semestres consecutivos na série com ajuste sazonal, sofreu queda entre dezembro de 2007 e março de 2008. Indústria e serviços registraram expansão no período. Na comparação com o primeiro trimestre de 2007, as variações acumuladas ao longo do ano nos três setores registraram expansão: 2,4% (agropecuária), 6,9% (indústria) e 5,0% (serviços).

Os dados da produção industrial para junho de 2008, divulgados recentemente pelo IBGE, confirmam a tendência de expansão da indústria. Em relação a maio, o setor cresceu 2,7% e no acumulado do ano, 6,3%, ambos os dados para a série com ajuste sazonal.

1.2. Emprego - PME

Em junho de 2008 a PEA ocupada apresentou crescimento de 4,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A taxa de desemprego ficou em 7,8%, próximo do limite inferior para a taxa natural de desemprego estimado pelo Banco Central de 7,5%. O número de desocupados reduziu-se em 17%.

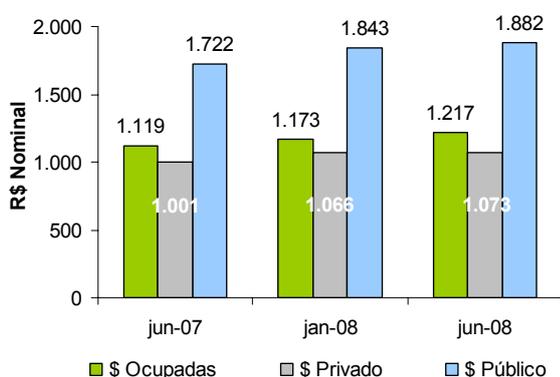
A distribuição da PEA entre as posições na ocupação pode ser vista na Tabela 1 (para os meses de janeiro e junho de 2008). Observa-se que a distribuição da entre as posições na ocupação PEA pouco mudou no período. Verifica-se também que o emprego com carteira aumentou 2,9% enquanto o emprego sem carteira cresceu 1,6% e os empregadores 3,9%. Houve uma pequena redução, de 0,2%, no emprego por conta própria.

O emprego no setor público, que abrigava 6,7% da PEA em janeiro de 2008 e passou a abrigar 6,9%, apresentou uma expansão de 4,3%, sendo a posição na ocupação com maior crescimento.

1.3. Renda - PME

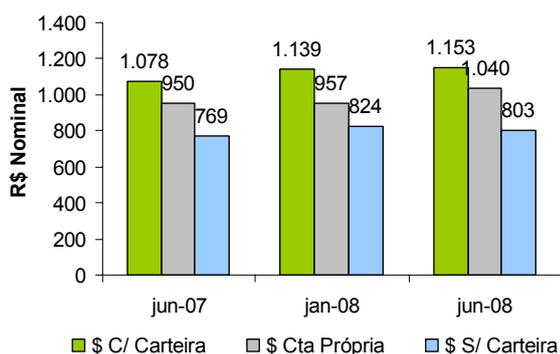
O rendimento nominal mensal habitualmente recebido pelos empregados no setor público apresentou expansão de 9,3% entre junho de 2007 e ju-

Gráfico 3. PME: Rendimento nominal mensal habitualmente recebido – jun07-jun08



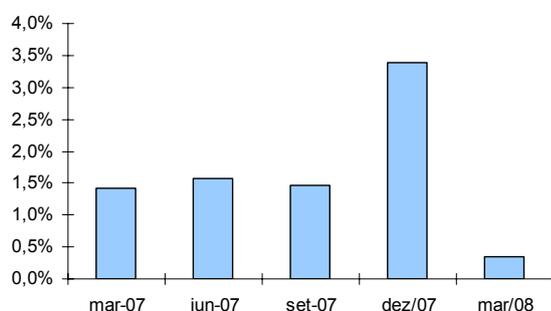
Fonte: PME – IBGE

Gráfico 4. PME: Rendimento médio nominal no trabalho habitual principal – setor privado – jun07-jun08



Fonte: PME – IBGE

Gráfico 5. Variação trimestral do índice de despesa com consumo das famílias (média de 1995=100) com ajuste sazonal - mar07-mar08



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – IBGE

nho de 2008 (no mesmo período a inflação medida pelo IPCA ficou em 6,1%). No setor privado também houve crescimento no rendimento nominal, de 7,2%.

Cabe destacar que as expansões de emprego e renda verificadas podem ser responsáveis por parte da pressão inflacionária verificada nos últimos meses, pois amplia o descompasso entre oferta e demanda no mercado nacional.

1.4. Consumo

O Gráfico 5 apresenta a variação trimestral do índice (com ajuste sazonal) de despesa com consumo das famílias, no período de março de 2007 a março de 2008. A variação entre dezembro de 2007 e março de 2008 (0,36%) foi bastante menor do que a verificada entre setembro e dezembro de 2007 (3,4%).

No entanto, em relação ao primeiro trimestre de 2007, o consumo das famílias cresceu 6,7%. Entre os primeiros semestres de 2006 e 2007 a expansão havia sido ligeiramente inferior a 5%.

1.5. Inflação

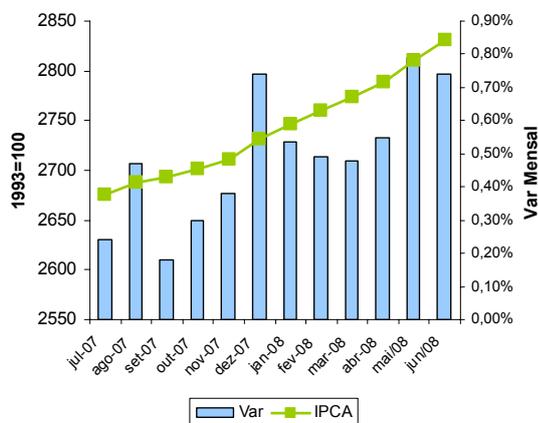
Há uma crescente preocupação com o acelerado crescimento dos índices de inflação. O IPCA acumulado nos últimos 12 meses atingiu em junho 6,1%, enquanto o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas 15%. No ano as variações foram de 3,6% e 8,7%, respectivamente.

Além da alta dos preços das *commodities*, fenômeno internacional que levou alguns analistas a declararem, precipitadamente, que não havia perigo de contaminação dos índices de preços nacionais, o aquecimento da economia interna também ajuda a explicar a alta dos preços.

Nunca é demais lembrar que o reajuste autorizado pela ANS para os planos novos individuais e familiares foi de 5,45%. Ou seja, além de não cobrir a variação dos custos médico-hospitalares (uma medida do custo assistencial das OPS) o reajuste autorizado dificilmente permitirá às OPS cobrirem a inflação do período, algo bastante negativo para o setor.

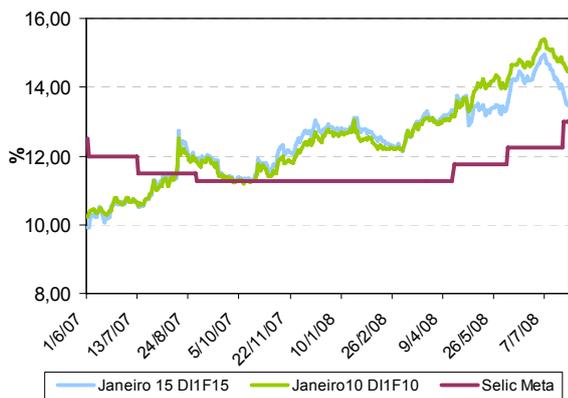
A ANS também definiu o aumento dos Termos de Compromisso assinados com algumas OPS para repor a variação de custos médicos hospitalares para planos anteriores à Lei. Esses planos atingem em torno de 500 mil beneficiários. O reajuste au-

Gráfico 6. IpcA: variação mensal e índice acumulado – 12 meses



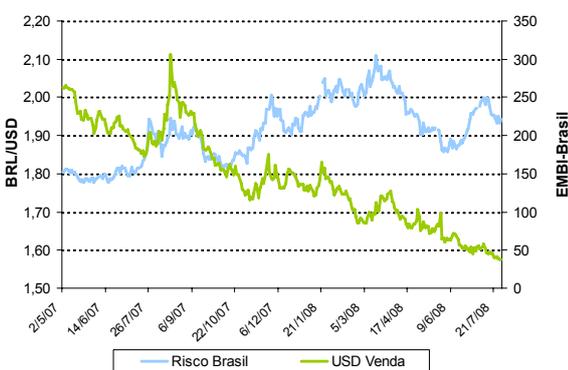
Fonte: IBGE

Gráfico 7. Meta Copom Selic e Juros de Longo Prazo – 12 meses



Fonte: Bacen e BM&F

Gráfico 8. Cotação diária PTAX Venda e Embi Brasil



Fonte: Banco Central

torizado foi de 7,12% para seguradoras e 6,24% para medicinas de grupo, ambos aquém do que se espera para o IGP-M para o ano de 2008.

1.6. Taxas de Juros

De fato, o entendimento de que a elevação da inflação não é apenas um fenômeno internacional levou o Copom a elevar a taxa básica de juros da economia em 1,75 p.p. desde o início do ano (passando de 11,25% em janeiro para 13% em julho – mês da última reunião do conselho), como pode ser visto no Gráfico 7.

Tabela 2. Expectativas de mercado para 2008

Indicador	expectativa
IGP-M (%)	12,0
IPCA (%)	6,5
Selic (%)	14,5
Câmbio (R\$/US\$)	1,61
PIB (%)	4,8

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 1 de agosto de 2008.

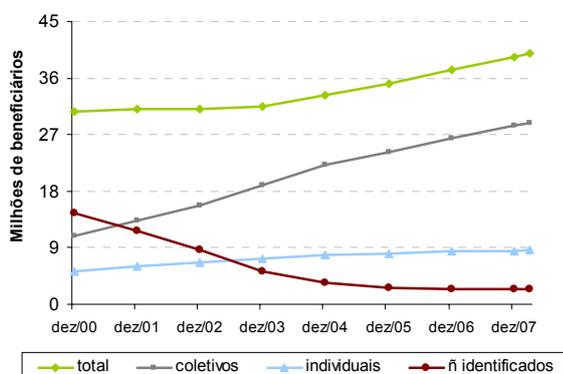
1.7 Resumo – Cenário macroeconômico

Variável	dez07*	mar08	Δ% (mar07-mar08)	
PIB nominal (R\$ Bilhões)	2.558,8	665,5	11,1	
Consumo do governo/PIB	19,7	18,8	(1,4)	
Consumo das famílias/PIB	60,9	61,8	0,2	
Emprego e Renda	jun07	jun08	Δ% jun07 a jun08	Δ% jan08 a jun08
Emprego - indivíduos ocupados (mil pessoas)	20.880	21.723	4,0	2,2
Emprego com carteira assinada (mil pessoas)	9.675	10.556	9,1	2,9
Emprego no setor público (mil pessoas)	1.534	1.624	5,9	4,3
Renda (R\$)				
Setor privado	1.001,1	1.072,5	7,1	0,6
Com Carteira Assinada	1.077,5	1.153,3	7,0	1,2
Setor público	1.721,8	1.882,1	9,3	2,1
Inflação	ano até jun07	ano até jun08	últimos 12 meses	
IPCA (Δ%) – acumulado	2,1	3,6	6,1	
IGP-M (Δ%) – acumulado	1,5	6,8	13,4	
Juros e câmbio	jul07	jul08	Δ% últimos 12 meses	Δ% ano até jul08
Juros (Selic) - último dia do mês	11,50	13,00	13	15,6
Câmbio (R\$/US\$) - último dia do mês	1,88	1,57	(16,5)	(11,6)

Fonte: IBGE, Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil.

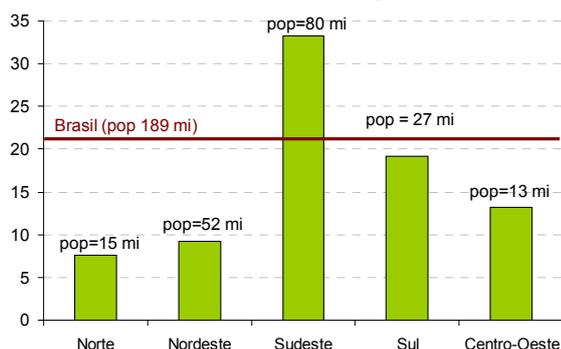
*Consolidado no ano.

Gráfico 9. Número de beneficiários de planos de assistência médica, 2000-2008



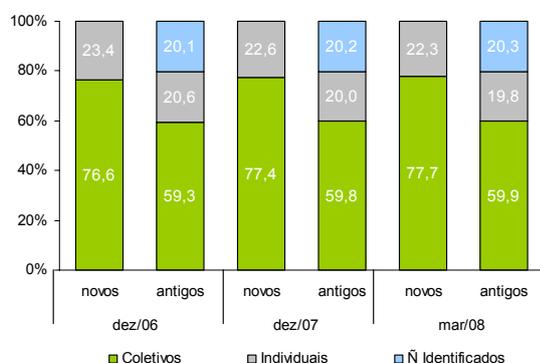
Fonte: Cadernos de Informações ANS, jun/08

Gráfico 10. Taxas de cobertura de planos de assistência médica, Grandes Regiões - mar/08



Fonte: Cadernos de Informações ANS, jun/08

Gráfico 11. Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica, por época e tipo de contratação - dez/06, dez/07 e mar/08



Fonte: Cadernos de Informações ANS, jun/08

2. Saúde Suplementar em Números

O aumento registrado no número de beneficiários entre dezembro de 2007 e março de 2008 foi de 1,4%. No período de março de 2007 a março de 2008 o aumento foi de 6,6%.

As taxas de crescimento do setor divulgadas pela ANS são bastante expressivas desde 2003. Ainda que uma parte desta expansão possa ser atribuída à subnotificação de beneficiários, há evidências (expansão do emprego formal e da renda) que indicam que o crescimento verificado mais recentemente seja real.

Como pode se observar no Gráfico 9, a elevação do número de beneficiários deve-se basicamente ao aumento de indivíduos vinculados aos planos coletivos (crescimento de 8,8% entre março de 2007 e março de 2008, contra 1,9% verificado nos planos individuais).

O aumento do número de beneficiários implicou o aumento da taxa de cobertura da saúde suplementar de 20,3% em março de 2007 para 21,1% em março de 2008. A região Sudeste tem a maior taxa (acima de 30%). As demais regiões apresentam taxas de cobertura menores do que a nacional (Gráfico 10).

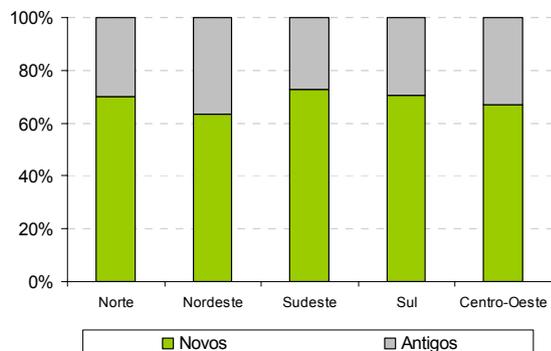
2.1. Distribuição de Beneficiários

Tanto os planos novos quanto os antigos concentram a maior parte dos beneficiários nas contratações coletivas. Nos planos antigos o percentual de coletivos é menor, se comparado aos novos, provavelmente devido aos planos não identificados. Além disso, vale notar que entre os planos novos as contratações individuais vêm cedendo espaço às coletivas.

Há diferença na distribuição de planos novos e antigos nas grandes regiões. No Nordeste, 36% dos beneficiários têm planos antigos, enquanto no Centro-Oeste esses beneficiários correspondem a 33%, no Norte a 30%, no Sul a 29% e no Sudeste a 27%.

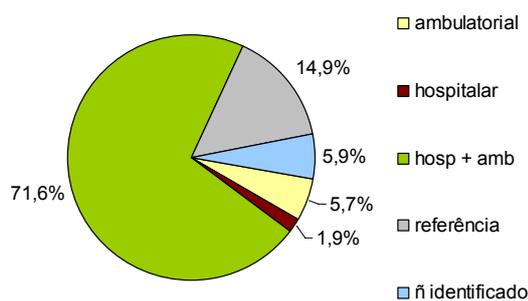
Uma das explicações para a maior concentração de planos antigos em algumas regiões é a elevada proporção de planos de autogestão nestas regiões. Enquanto no Brasil as autogestões representam 14% do mercado no Nordeste e Norte representam 19% e no Centro-Oeste chegam a 31% dos beneficiários. Os planos antigos representam 68% das carteiras das Autogestões, enquanto no mercado esse percen-

Gráfico 12. Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica por época de contratação, segundo Grandes Regiões - mar/08



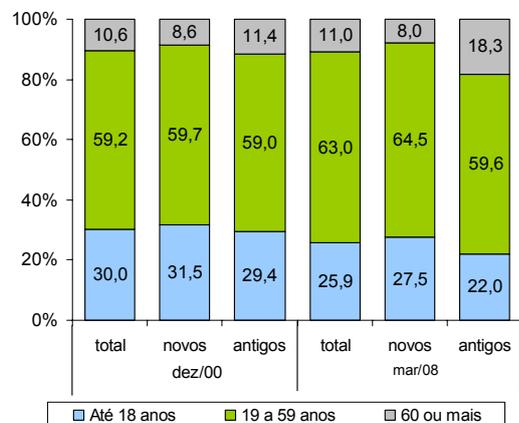
Fonte: Cadernos de Informações ANS, jun/08

Gráfico 13. Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica, por segmentação assistencial - mar/08



Fonte: Cadernos de Informações ANS, jun/08

Gráfico 14. Distribuição dos beneficiários de planos de assistência médica por faixa etária - dez/00 e mar/08



Fonte: Cadernos de Informações ANS, jun/08

tual é de 29%.

No Sudeste do país estão 67,2% dos beneficiários; no Sul, Nordeste, Centro-Oeste (somado o Distrito Federal) e Norte estão 13,3%, 12%, 6,1% e 2,9% dos beneficiários, respectivamente.

Apenas São Paulo concentra 42,2% dos indivíduos com planos de saúde. A seguir está o Rio de Janeiro com 12,5% dos beneficiários.

Quanto à segmentação dos planos, 71,6% dos beneficiários têm planos hospitalares e ambulatoriais; 14,9% têm o plano referência; 5,7% têm planos ambulatoriais e 1,9% têm planos hospitalares.

A distribuição dos beneficiários por faixas etárias é mostrada no Gráfico 14. Entre dezembro de 2000 e março de 2008 houve envelhecimento acentuado da carteira de planos antigos, representada pelo aumento do percentual de indivíduos nas faixas etárias acima de 59 (de 11,4% para 18,3%) e redução dos indivíduos com idades entre 0 e 18 anos (de 29,4% para 22%).

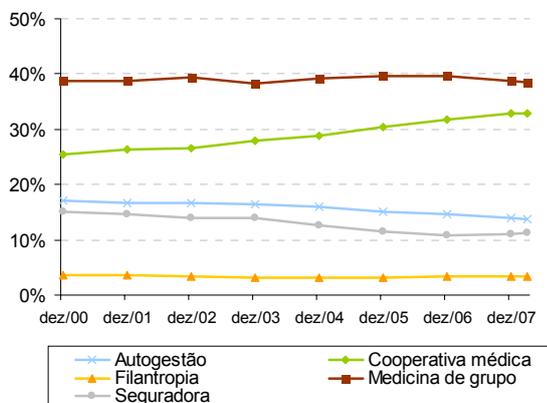
Nos planos novos houve redução na participação dos beneficiários com 59 e mais anos (de 8,6% para 8%) e entre 0 e 18 anos (de 31,5% para 27,5%) e aumento expressivo dos beneficiários em idade ativa (de 59,7% para 64,5%). Esta dinâmica reflete a concentração do mercado nos planos coletivos.

A modalidade de operadora que concentra o maior percentual de beneficiários é Medicina de Grupo (39,2%), seguida de Cooperativa Médica (33,4%), Autogestão (13,7%), Seguradora (11,4%) e Filantropia (3,5%).

A modalidade que apresentou a maior taxa de crescimento no número de beneficiários entre dezembro de 2007 e março de 2008 foi a Seguradora (3,1%) seguida de Filantropia (2,8%), Cooperativa Médica (1,7%), Medicina de Grupo (1%) e Autogestão (0,3%).

Desta forma, entre dezembro de 2007 e março de 2008, as seguradoras ampliaram seu percentual de participação no mercado enquanto autogestões e medicinas de grupo tiveram seus percentuais reduzidos; e cooperativas médicas e filantropias mantiveram seus percentuais.

Gráfico 15. Percentual de beneficiários de planos de assistência médica por modalidade de OPS - 2000-2008



Fonte: Cadernos de Informações ANS, jun/08

2.2. Resumo – Saúde Suplementar

Tabela Síntese – Saúde Suplementar – mar/2007

	mar07	Δ%	mar08
Beneficiários	37.394.902	6,6	39.866.925
0 a 18 anos	9.841.076	5,0	10.330.676
19 a 58 anos	23.097.504	8,8	25.133.405
59 anos e acima	4.430.236	(1,2)	4.379.242
Masculino	17.331.902	7,3	18.600.210
Feminino	20.063.000	6,0	21.266.715
Coletivos	26.569.201	8,8	28.916.290
Individuais	8.453.058	1,9	8.611.532
Taxa de cobertura (%)	20,3	3,9	21,1

Fonte: ANS

3. Equipe Técnica

José Cechin – Superintendente Executivo

Bruno Badia – Consultor

Carina Burri Martins – Consultor

Clarissa Côrtes Pires – Consulto